

ouro), para que ao término do contrato previsto para este investimento essas ações sejam priorizadas para recompra por parte das Empresas ou Tesouro Estaduais e Municipais que as venderam.

12- Os Delegados e Delegadas presentes nesta V Conferência Nacional das Cidades repudiam e denunciam os Governadores dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco por recentemente, de forma acintosa e sem a devida transparência e debate necessário (ausência de audiências públicas), implementaram Parcerias Público Privadas, nos serviços de água e esgoto que antes eram prestados por suas companhias estaduais.

Assim, pelo acima exposto, e por entendermos que os serviços de Água e Esgoto são essenciais a Vida e a Dignidade Humana, sendo intrinsecamente e extrinsecamente ligados à saúde pública e que todo o cidadão, independente da sua condição social, deve ter seu acesso garantido como preconiza a Constituição, as legislações extravagantes do nosso país, bem como tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil junto a Organizações Mundiais. Assim, repudiamos toda e qualquer forma de privatização e Mercantilização dos serviços de água e esgoto

Vivemos um momento de consideráveis avanços no Setor de Saneamento desde 2003 com a criação do Ministério das Cidades, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável e da Agência Nacional de Águas (ANA). No entanto, há ainda muitos desafios a serem enfrentados, especialmente na área da infraestrutura hídrica e saneamento básico.

O Brasil é o terceiro país com maior população da América Latina, com cerca de 190 milhões de habitantes. Isso significa que a demanda por serviços de saneamento básico é muito alta, especialmente nas áreas rurais e em comunidades pobres. Além disso, o país enfrenta desafios como a escassez de recursos hídricos e a poluição das águas.

Para enfrentar esses desafios, é necessário investir em tecnologias inovadoras e sustentáveis, promover a participação social e garantir a transparéncia e a eficiência dos serviços. É fundamental também promover a educação ambiental e a conscientização da população sobre a importância da conservação dos recursos hídricos.

É importante ressaltar que o saneamento básico é um direito humano fundamental, que deve ser garantido a todos, independentemente de sua condição socioeconômica. Isso significa que é necessário investir em políticas públicas que promovam a igualdade social e a inclusão, garantindo que todos tenham acesso a serviços de saneamento básico de qualidade.

Em conclusão, o saneamento básico é uma questão de justiça social e sustentabilidade. É uma questão de direitos humanos. É uma questão de desenvolvimento. É uma questão de vida.

- 4- Criagão de um fundo Nacional para universalização do acesso aos serviços de saneamento, principalmente com base nos indicadores sociais, através dos recursos arrecadados pelo Governo federal a título de PIS e CONFINS;
- 5- Fortalecimento dos instrumentos de controle social através, sobretudo, do investimento na simetria do conhecimento para que os representantes da sociedade não sirvam meramente para referendar as ações do Poder Público;
- 6- Que os planos municipais e estaduais de Saneamento sejam construídos de forma transparente, democrática e sejam garantidos os espaços de inserção da sociedade civil organizada na formulação dos municípios como sindicância e adote as medidas legais cabíveis ao Ministério Público abra sindicância e adote as medidas administrativas dos municípios, como preconiza a Lei de Saneamento;
- 7- Que o Governo Federal (via Ministério das Cidades) solicite que o Ministério das Cidades respeite a legislação ambiental e social, e que o seu caráter deliberativo, que seja definido um prazo de 120 (cento e vinte) dias para adequação dos períodos conselhos e paridade prevista na lei nacional, cabendo ao Conselho Nacional fiscalizar a adequação das cidades, e caso algum não respeite esta composição ou Nacional das Cidades, é caso alguma adequação respeite esta composição ou políticas das cidades respeitando a composição prevista pelo Conselho fundamental para discussão, debate, formulação e deliberação das fundamentais para discussão, debate, formulação e deliberação das cidades como espaços dessas medidas;
- 8- Que sejam criados os Conselhos Municipais das Cidades como espaços fundamentais para discussão, debate, formulação e deliberação das cidades como espaços dessas medidas;
- 9- Que as formas de investimentos e operação do sistema de água e esgoto visando a universalização dos serviços de saneamento sejam publicas e não adote o modelo de parceria público privada para serviço;

ouro), para que ao término do contrato previsto para este investimento essas ações sejam priorizadas para recompra por parte das Empresas ou Tesouro Estaduais e Municipais que as venderam.

12- Os Delegados e Delegadas presentes nesta V Conferência Nacional das Cidades repudiam e denunciam os Governadores dos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Alagoas e Pernambuco por recentemente, de forma acintosa e sem a devida transparência e debate necessário (ausência de audiências públicas), implementaram Parcerias PÚblico Privadas, nos serviços de água e esgoto que antes eram prestados por suas companhias estaduais.

Assim, pelo acima exposto, e por entendermos que os serviços de Água e Esgoto são essenciais a Vida e a Dignidade Humana, sendo intrinsecamente e extrinsecamente ligados à saúde pública e que todo o cidadão, independente da sua condição social, deve ter seu acesso garantido como preconiza a Constituição, as legislações extravagantes do nosso país, bem como tratados e acordos internacionais firmados pelo Brasil junto a Organizações Mundiais. Assim, repudiamos toda e qualquer forma de privatização e Mercantilização dos serviços de água e esgoto

- 4- Criagão de um fundo Nacional para universalização do acesso aos serviços de saneamento, principalmente com base nos indicadores sociais, através dos recursos arrecadados pelo Governo federal a título de PIS e CONFINS;
- 5- Fortalecimento dos instrumentos de controle social através, sobretudo, do investimento na simetria do conhecimento para que os representantes da sociedade não sirvam meramente para referendar as ações do Poder Público;
- 6- Que os planos municipais e estaduais de Saneamento sejam construídos de forma transparente, democrática e sejam garantidos os espaços de inserção da sociedade civil organizada na formulação dos municípios como sindicância e adote as medidas legais cabíveis ao Ministério Público abra sindicância e adote as medidas administrativas dos municípios, como preconiza a Lei de Saneamento;
- 7- Que o Governo Federal (via Ministério das Cidades) solicite que o Ministério das Cidades respeite a legislação ambiental e social, e que o governo federal adote o modelo de parceria público privada para serviço;
- 8- Que sejam criados os Conselhos Municipais das Cidades como espaços fundamentais para discussão, debate, formulação e deliberação das políticas das cidades respeitando a composição prevista pelo Conselho Nacional das Cidades, e caso algum não respeite esta composição ou viante) dias para adequação dos períodos conselhos e paridade prevista na lei nacional, cabendo ao Conselho Nacional fiscalizar a adequação dessas medidas;
- 9- Que as formas de investimentos e operação do sistema de água e esgoto visando a universalização dos serviços de saneamento sejam publicas e não adote o modelo de parceria pública privada para serviço;

Inclusão de sistemas de captação e reaproveitamento de água nos municípios, I de coletiva de esgotos.

Inclusão de sistemas de captação e reaproveitamento de água nas unidades habitacionais construídas pelo programa Minha Casa Minha Vida nos moldes coletivos (Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade e a Lei 4.380, de agosto de 1964).

Inclusão de sistemas de captação e reaproveitamento de águas em instituições públicas, municipais, estadual e federal e indústrias, e outros.

Inclusão nos códigos de edificações dos municípios para padronização de construções com sustentabilidade e reaproveitamento da água.

Apoio aos projetos de lei que estão tramitando no Congresso Nacional, no que concerne ao uso racional das águas e reaproveitamento das águas.

O Nordeste brasileiro vive a maior e mais devastadora seca dos últimos 40 anos, de 1912 até aqui, há um século, portanto, nada choveu nos meses seguidos de margo, abrili, maio e junho. No semiarido dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no Norte de Minas, 1.046 municípios estão em estado de emergência, mais de 20 milhões de nordestinos castigados, cerca de 90% da população de todo o semiárido atingida. Desse total, mais de 8 milhões vivem na zona rural, sofrem sede e o desespero de verem seus rebanhos dizimados. A despeito de programas emergenciais como o carro-pipa, frequentemente tem que comprar até a cuka d'água de sua própria sobrevivência.

Uma das maiores inclemências de todas as 73 já registradas desde 1559. Pela primeira vez de 1912 até aqui, há um século, portanto, nada choveu nos meses seguidos de margo, abrili, maio e junho. No semiarido dos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e no Norte de Minas, 1.046 municípios estão em estado de emergência, mais de 20 milhões de nordestinos castigados, cerca de 90% da população de todo o semiárido atingida. Desse total, mais de 8 milhões vivem na zona rural, sofrem sede e o desespero de verem seus rebanhos dizimados. A alimentação animal formam absolutamente insuficientes. A agricultura sofreu perdas de cerca de 80% na região. Os rebanhos foram reduzidos à metade, sobretudo porque, neste ano, os produtores já não contaram com a palma forrageira, praticamente destruída na região pela praga da cochonilha do carmim. O mandacaru e outros cactos perdendo cerca de 70% de sua produção. Nem os poucos perímetros irrigados se livraram dos prejuízos e amargaram perdas em torno de 50%. O próprio Ministério da Integração calculou prejuízos superiores a R\$ 16 bilhões, mas a completa desestruturação da agricultura rural não tem prego mensurável. Os técnicos são unâniimes em estimar prejuízos mínimos de dez anos para que os rebanhos voltam ao estágio de 2.011, nossa frágil economia rural não tem prego mensurável. Os técnicos são unâniimes em calcular prejuízos superiores a R\$ 16 bilhões, mas a completa desestruturação da agricultura rural não tem prego mensurável. Os técnicos são unâniimes em estimar prejuízos mínimos de dez anos para que os rebanhos voltam ao estágio de 2.011, mantida a atual política de financiamento.

anos subsequentes.

Desde que se comegou o registro das secas no Nordeste, no remoto 1.559, a intercorrência das estiagens na região é de apenas 6,3 anos, ao longo de 425 anos de observações. Outras secas virão, com absoluta certeza. O que mudarão serão apenas intensidade e a abrangência de cada uma delas. As secas são absolutamente inevitáveis, mas a calamidade, o sofrimento, a fome, a sede, a dizimagem de rebanhos inerentes. Outras secas virão, com absoluta certeza. O que mudarão serão apenas a desorganização da economia rural não são.

Em lugar algum do mundo está escrito que, já na segunda década do século XXI, o nordestino não tenha sequer uma cunha d'água pra beber.

Outras regiões semiáridas do mundo são produtivas. Por que a nossa não apenas nô, como ainda condena mais de 8 milhões de nordestinos da zona rural à fome, a sede, à dor e ao desespero?

O Brasil dispõe de conhecimento, tecnologia e recursos para preparar o Nordeste para a convivência com a seca. Somos a sétima economia do mundo. Ainda agora, o país flexibiliza leis, aloca recursos extraordinários e faz o que é necessário para que, em tempo recorde, se construam estadios monumentais, se amplie e estruturem portos e aeroportos e as cidades se preparem para a próxima Copa do Mundo. O Brasil também pode preparar o Nordeste para a próxima seca. Se quiser. E está na hora de querer.

O Governo de Vossa Exceléncia, em boa hora, reconhece que País rico é um País

sem miséria. Permitimo-nos acrescentar, corroborando e explicando a visão de a preocupação de Vossa Exceléncia. País rico é um país sem miséria e sem regiões excluídas, sem populações inteiras condenadas à desesperança. Sem secas, sem os orfãos do sol e dos pais vivos que os deixam, em busca de emprego no Brasil que cresce se desenvolve e absorve mão de obra.

Somos um movimento regional e suprapartidário, apenaas movido pela consciência católica - hoje tão cinquenta como o horizonte de vida de 20 milhões de nordestinos.

- Alocação de recursos no OGU para a construção de autoras para as cidades e ampliação das regiões beneficiadas com a transposição;
- Construção de novas barragens receptoras das águas do São Francisco e de tal forma que não se poluam essas águas, essenciais para o abastecimento humano; esgotamento sanitário dos municípios às margens dos rios ou canais da transposição;
- Implementação, também em caráter urgente e prioritário, de obras de Grande do Norte e Ceará;

AGÔES DE FORTALECIMENTO DA INFRAESTRUTURA HIDRÍCA

terão entendido que as secas são inevitáveis. Mas a calamidade, não.

climática, como resultado da determinação política de um País e de um Governo que clima, implementadas sem a pressão da calamidade, em períodos de normalidade públicas e programas de governo que nos permitem a convivência com a seca e com o vislumbrar o que o Nordeste reivindica há muitas estiagens: um conjunto de políticas Temos a esperança de que, no Governo de Vossa Exceléncia, se possa finalmente reviver o drama social e econômico de 2.012, no Nordeste rural.

hidráulica, e das reservas para alimentação dos rebanhos, de tal forma que jamais se duradouras de fortalecimento da economia rural do Nordeste, de sua infraestrutura emergenciais que atendam a urgência dessa estiagem, e de medidas permanentes e por causa da seca, apresentamos à Vossa Exceléncia reivindicações de medidas Diante do quadro de calamidade social e econômica que hoje sofre nossa região, Nordes.

representantes do movimento social e, acima de tudo, cidadãos de todos os sindicatos, de federações, de movimentos de trabalhadores e de agricultores, de

- Soluções imediatas e definitivas para o endividamento dos produtores do articular-se o mercado aberto e os mercados institucionais, exemplo de hospitais, articulando-se o mercado aberto e os mercados institucionais, a exemplo de hospitais, apoio à reorganização da comercialização de produtos da agricultura familiar, seca;
- Estímulo à recuperação da agricultura familiar, com ênfase em culturas adaptadas e resistentes à retomada de atividades agrícolas, com ênfase em culturas adaptadas e resistentes à retomada de atividades agrícolas, com ênfase em culturas adaptadas e resistentes à

AGÖES DE FORTALECIMENTO DA ECONOMIA RURAL

- Instalação de medidores elétricos especiais do Programa Tarifa Verde nos mananciais, com segurança hídrica e que tenham área com solos aptos para irrigação, com linhas de crédito subsidiadas para pedreiros projetos de irrigação;
- Ampliação do Programa Federal de recuperação e revitalização dos perímetros irrigados com viabilidade econômica, com aproveitamento mais eficiente do uso da água;
- Adoção de políticas públicas participativa mente construídas com os Comitês de bacias e representantes das diversas regiões envolvidas, com visitas à segurança hídrica e a outros temas estratégicos no semiárido brasileiro;
- Construção de pontes agudas, barreiros e aguadas, com visitas à dessecação animal e à irrigação de salvagado da agricultura familiar.
- Garantia de solo de pedreiros agudas, barreiros e aguadas, com visitas à transposição do São Francisco;
- Integração de bacias dos principais rios intermitentes, nos diversos Estados, que viabilizem o armazenamento e a distribuição de água, em complemento e suporte à garantir o abastecimento humano;
- Garantia de solo de pedreiros agudas, barreiros e aguadas, com visitas à execução, como a de lona, já bem difundida na região;
- Barragens subterrâneas, utilizando tecnologias simplificadas, de baixo custo e rápida

- Criagão de um PAC do semiárido nordestino, voltado para programas de preservação e a sustentabilidade.

catinoga, visando sua preservação e exploração econômica racional, respeitando-se a Criação de fontes permanentes de recursos para estudos e pesquisas do bioma parte da Conab.

logística que permita seguramente a sustentabilidade e efetiva ao produtor, por continuidade do programa de distribuição de milho e torra de algodão, com organização da produção e acesso aos mercados; assentamento da reforma agrária e de agricultores familiares tradicionais, para Fortalecimento das agções da Emater, hoje praticamente extintas, nas áreas de produtores;

através da implantação de bancos de produção de riquezas para distribuição com os retomada do cultivo da palma forrageira resistente à cochonilha do carimim, espécies resistentes e subprodutos da indústria regional, como o bagaço de cana; silagem, fenoagem e oferta de forragens para alimentação animal, com ênfase para execução de programas permanentes de apoio e incentivo à produção, a obedeceram e respeitem as vocações regionais;

- Capacitação dos jovens do meio rural através de cursos profissionalizantes que carão;

transforme o resto do bioma Catinoga em meio de vida, de subsistência e em retomada da atividade econômica e à recomposição dos rebanhos nas áreas atingidas Execução de programas efetivos de geração de renda para o setor não pele seca.

• Disponibilização de novos empregos com juros diferenciados, com visitas a restrições cadastrais a esses desenvolvedores;

- Suspensão imediata das execuções de divisas rurais em todo o Nordeste e das manutenção dos rebanhos;

documento:

CARTA DO NORDESTE

Os presidentes das Entidades Municipais do Nordeste, diante do quadro duríssimo por que passa a população Nordestina, que enfrenta a prior seca dos últimos 50 anos, reconhecem as agções implementadas, até agora, entretanto lamentam a não inclusão dos municípios como agentes executores e demonstram sua insatisfação diante da falta de respostas do Governo Federal a reivindicações já feitas e que, sem implementadas, já poderiam ter mudando a triste e cruel realidade por que passam quase 10 milhões de pessoas de forma direta.

Atualmente mais de 1.400 municípios de nove Estados já declararam situação de emergência em 2013, representando 22% das cidades brasileiras.

O cenário de miséria, fome e perdas na agropecuária continua inalterado, impactando negativamente em todo o país, pressionando o índice inflacionário e criagões, a demanda assistencial tem aumentado sem contrapartida financeira. Pelo contrário, o Fundo de participação dos Municípios (FPM), já é menor que o mesmo período de 2012, em contraponto ao aumento constante dos compulsórios.

Os presidentes das Entidades revindicam mais desburocratização, agções emergenciais e estruturantes, em parceria com os municípios, para que os mesmos passem de meros expectadores a agentes ativos desse processo e possam devolver ao Nordeste e sua brava gente, opções de vida, trabalho e a oportunidade de contribuir para a solução desse problema.

Centrar sensibilizar os governos para o grande problema da seca. Um deles reuniu as entidades estaduais que representam os municípios, que produziram o seguinte documento:

DEFESA CIVIL;

- LIBERAGÃO DE RECURSOS DE TODOS OS CONVÉNIOS E CONTRATOS DE REPASSE JA CELEBRADOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL COM OS MUNICÍPIOS NORDESTINOS E QUE SE ENCONTRAM BLOQUEADOS E/OU INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR DESCONSIDERANDO A INSCRIÇÃO NO CAUC;
- SUSPENSÃO IMEDIATA DAS EXECUÇÕES JUDICIAIS DE PRODUTORES;
- CONTRATAGÃO DE CARRO PIPA PELO MUNICÍPIO COM A DISPONIBILIZAGÃO DE ESTAGÃO MÓVEL DE TRATAMENTO DE AGUA PARA CUMPRIMENTO DA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1/2012/MI/MD.
- PERFURAÇAO, INSTALAÇAO E RECUPERAGÃO DE POGOS ARTESIANOS;
- COMPRA DE RAGÃO ANIMAL;
- CONTRATAGÃO DE HORAS MÁQUINA PARA DESASSOREAMENTO , CONSTRUGÃO E AMPLIAÇAO DE AGUDES;
- REPRESENTAGÃO DOS MUNICÍPIOS NA FORGA NACIONAL DE MERGENCIA/SECAC.
- Nas agões estruturantes, implantagão de uma politica publica de convivencia com os efeitos da seca priorizando:

 - APRECIAGÃO DOS PLANOS DE TRABALHO A SEREM APRESENTADOS PELOS MUNICÍPIOS PARA AGOES HIDRÍCAS E DE MANUTENÇAO DO REBANHO;
 - CONSIGNAGÃO PERMANENTE DE RECURSOS DO ORGAMENTO DA UNIAO POR MUNICIPIO, DURANTE CINCO ANOS, PAR A AGOES DE CONVIVENCIA COM A SECAC;
 - CRIAGÃO DE UM PROGRAMA FEDERAL PARA O CULTIVO DE FORRAGENS DE FORMA ESTRATEGICA PARA SERVIR COMO RESERVA ALIMENTAR;

Carta de Moção
de
Manifestação IRR

Nós da delegação do Estado de Roraima, vêm através diste ato -
pular à 5ª Conferência Nacional das
cidades. Manifestar nesse encontro aniqui-
mento por mais cemitérios nubilos pro-
posta e emendadas eleitas e apresentada
na 5ª Conferência Estadual das cidades
no entanto não estiveram emendadas
na ocasião de proposta desta 5ª Con-
ferência Nacional. Poderemos protestar
de votações foram undidividicada
proposta nossa em nome de outra
Estado. Tendo em vista que também
os movimentos sociais de Roraima, se
estão participando desta conferênci
Nacional, propõem a reforma das presidências
do CONSELHO de Criança e Ju-
ventude do Estado de Roraima. Também

CONSIDERANDO que, no caso específico da audiência pública promovida pela Câmara Municipal de Florianópolis, boa parte do tempo de duração foi concedida ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que respondesse a questões que não resultam em qualquer tipo de deliberação;

CONSIDERANDO que, com relação ao tema do acompanhamento e controle das políticas públicas no âmbito do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, uma das questões que estão sendo gestadas na presente Conferência vai no sentido de que o Ministério das Cidades, juntamente com o Conselho, elabore um programa de monitoramento, elaboração, revisão e implementação de planos diretores participativos;

CONSIDERANDO FINALMENTE, que o Poder Público Municipal de Florianópolis tem o dever ético e jurídico de reparar os graves equívocos cometidos com relação ao processo de elaboração de seu plano diretor,

CONSIDERAMOS aprovar a presente moção de repúdio à Prefeitura e à Câmara Municipal de Florianópolis pela forma açodada e antidemocrática com que estão promovendo o processo de elaboração do seu plano diretor.

CONSIDERANDO que o retrocesso anteriormente mencionado significa desconsideração de diretores;

CONSIDERANDO que a forma agodada é antidemocrática através da qual esta sendo conduzido o processo de elaboração do novo plano diretor de Florianópolis constitui retrocesso na busca pela efetivação das garantias infraconstitucionais de participação e controle social no âmbito das cidades brasileiras;

CONSIDERANDO que o retrocesso anteriormente mencionado sobre o processo participativo de elaboração das recomendações sobre o processo participativo de elaboração de planos diretores;

CONSIDERANDO o dispositivo nos termos da Resolução 25, do Conselho das Cidades, que emite orientações e recomendações sobre o processo participativo de elaboração de planos diretores;

CONSIDERANDO que a forma agodada é antidemocrática através da qual esta sendo conduzido o processo de elaboração de planos diretores;

CONSIDERANDO que a Prefeitura de Florianópolis, por meio do Decreto Municipal nº 12.217, de 11 de outubro de 2013, constitui grave ofensa à diretriz inserida nos termos do inciso II do art. 2º, do Estatuto da Cidade;

CONSIDERANDO que a destituição do Núcleo Gestor do Plano Diretor de Florianópolis pelo prefeito Municipal, por meio do Decreto Municipal nº 12.217, de 11 de outubro de 2013, realizadas durante o mês de setembro e parte do mês de outubro sem prévias e adequadas à tramitação racional e adequada do Projeto de Lei Complementar nº 1292/2013, que institui o novo plano diretor de Florianópolis, uma vez que, ao invés de promover apertigamentos em seu Regime interno, aplica regras que não dão conta de tão complexa matéria e, assim como o Poder Executivo municipal, conduz o processo de forma agodada e antidemocrática,

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal após realizar um número insuficiente de reuniões em bairros e distritos, prepara-se para a orientação técnica, e sem qualquer deliberação;

CONSIDERANDO que a Prefeitura de Florianópolis entregou o plano diretor à tramitação racializadas durante o mês de setembro e parte do mês de outubro sem prévias e adequadas ao novo plano diretor de Florianópolis, uma vez que, ao invés de promover apertigamentos em seu Regime interno, aplica regras que não dão conta de tão complexa matéria e, assim como o Poder Executivo municipal, conduz o processo de forma agodada e antidemocrática,

CONSIDERANDO que as audiências públicas promovidas pela Prefeitura e pela Câmara Municipal de Florianópolis, nas dependências do auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, não resultaram em qualquer deliberação, tiveram apenas caráter consultivo e tempo curto, não conseguindo emitiir pareceres, por sua vez, apresentaram mais 300 emendas;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal, já durante a tramitação do PLC nº 1292/2013, que estava incompleto, e sem base técnica de diagnóstico, apresentou 258 emendas ao projeto, endavante que os vereadores, por sua vez, apresentaram mais 300 emendas;

CONSIDERANDO que, da forma como o processo está sendo conduzido pela Câmara Municipal, as emendas tendem a ser deliberadas em Plenário sem discussão e deliberação previa com a população de Florianópolis, e, tampouco, sem encaminhamento para análise e parecer pelo Conselho de Desenvolvimento Sustentável, que é o órgão responsável por elaborar o Plano Diretor, que é o documento que define as diretrizes para o uso e ocupação do solo, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento socioeconômico sustentável.

COMUNIDADE SOMBRA DOS EUCALIPTOS – MACEIÓ/ ALAGOAS

Aliás moram no local há mais de 40 anos. Como a área é próxima do pôlo industrial, os moradores tem pressionado o governo para remover os moradores. A Prefeitura não cumpriu a ordem de despejo de moradias pelo MCMV em área muito distante do local, mas as famílias permanecem na comunidade.

AMÉRICA DE 12 MIL FAMÍLIAS AMEAÇADAS DE DESPEJANDO - MG

Comunidades (Fazenda do Óleo, Acampamento Maná, Acampamento Samorá, Ocupação do Ceasa, Ocupação Tocantins, com cerca de 12 mil famílias ameaçadas de despejo e que ocupam áreas privadas com dívidas milionárias de impostos e que enfrentam processos de reintegração de posse e temem por sua vida e segurança, representado pela força policial.

COMUNIDADE SAVOY, CARAPICÚBA-SP

proximadamente 10 mil famílias em grande vulnerabilidade social, residem na Estela encontram-se em risco eminente de Reintegração de Posse, conselho 1000503-60.2013.8.26.0127.

VILA AUTODRÔMO - RIO DE JANEIRO - RJ

direito à moradia no local.

A comunidade surgiu de uma colônia de pescadores há 40 anos e tem cerca de 500 famílias. A comunidade não aceita ser arrancada de suas raízes e história em razão do interesse da elite haja há uma decisão do Governo Federal de remover pelo menos 520 famílias. A fundiaria de toda a comunidade, dando lugar ao socioambiente à propriedade pública. Prometemos. A SPU desenvolveu projeto junto com a UFRJ e constatou ser possível a regularização de todos. É formada por 621 famílias e a ocupação da área, que é da União, começou a 200

COMUNIDADE DO HORTO - RIO DE JANEIRO - RJ

Minha Vida- Entidades.

do imóvel por abandonado, ou a possibilidade de compra através do Programa Minha Casa, que está marcada para 24 de Dezembro de 2013. As famílias reivindicam a desapropriação abandonada há mais de 10 anos e as famílias enfrentam a ameaça da reintegração de posse, organizada para cavar tunel em tentativa de assalto. O imóvel, hoje privado, encontra-se estando ameagadas de despejo. O imóvel que pertencia a CAIXA, foi usado pelo crime Atualmente 32 famílias que ocupam um predio pela 4º vez no centro de Porto Alegre

Ocupação Sarai, Centro de Porto Alegre - RS

insuficientes para aquisição de um outro imóvel.

200 famílias sofrem com remoções desnecessárias, irregulares com idenizações

COMUNIDADE DO PENIEL, BARRA ETELVINA - MANAUS - AM

recursos do Governo do Estado do Amazonas.

para a implantação de casas populares do projeto Minha Casa Minha Vida a conta de por meio do Decreto nº 29.453 de 11/12/2009, publicada no Diário Oficial em 11/12/2009, extensão, qual seja, 646.292,61m² foi objeto de desapropriação pelo Estado do Amazonas TETO na cidade de Manaus, ignorando o decreto do direito imóvel, grande parte de sua policial, que age de forma truculenta e irresponsável com as centenas de famílias SEM justa, tem determinado RETIREGAGOS DE POSSE (4 em 2013) com o uso da forga gravagões telefônicas. O Poder Judiciário do Estado do Amazonas, de maneira arbitrária e cerca de 800 famílias vivem a violência das reintegações de Posse comparações, segundo

COMUNIDADE NOBRE, BARRA SANTA ETELVINA - MANAUS - AM

intervenha nas situações de Despejos forçados abaixo citadas:

Solicitamos que a Presidência da República tome providências imediatamente em idade escolar.

despejos forçados e a omissão do Governo Federal e Ministério das Cidades em situações de conflitos fundiários e o uso da força policial legítima pelo Poder Judiciário que em degradação de necessidades especiais, de doenças crônicas como câncer, idosos e crianças portadores de necessidades especiais, de doenças crônicas como câncer, idosos e crianças defendo mandados de reintegração de posse sem garantir a defesa das famílias, dentre elas regrada não exigiu o cumprimento da função social da propriedade nem o direito à moradia, devido conflitos fundiários e o uso da força policial legítima pelo Poder Judiciário que em despejos forçados e a omissão do Governo Federal e Ministério das Cidades em situações de conflitos fundiários e o uso da força policial legítima pelo Poder Judiciário que em

isso solicitamos também que:

No primeiro dia e no último dia do evento deverá ter uma pessoa responsável pela logística com exclusividade para atendimento ao translado dos delegados no percurso: **Aeroporto X Evento X Hotel e Rodoviária estadual X Evento X Hotel**

Nos, Delegados eleitos e presentes a 5 Conferencia Nacional das Cidades, através desse instrumento expressamos nosso repudio ao não custeio das passagens UF/DF-DF/UF para os o evento em referencia ao presente texto. Isso se faz necessário, uma vez que trata-se de elevado interesse social com impacto direto na economia nacional, pois é nela em que o rumo da Mobilidade Urbana é debatida e, sinaliza como um de seus resultados, queda na Inflação do Brasil.Tal investimento á reforça a imagem do evento e o qualifica em definitivo como Evento democratizado. Se tal reivindicação não for atendida o evento que possui fundamental importância a nação brasileira, pede perder sua qualificação

- Mogão para Melhoria do funcionamento das conferências futuras/2013
- A 5 Conferência Nacional das Cidades
- Em apoio ao Desenvolvimento Social e Econômico de nossa Sociedade Civil Brasileira, nos Delegados da 5 Conferência Nacional das Cidades nos serviços desta para solicitar a União:
- A reserva de recursos para incluir "o valor das passagens", compreendendo os meios de transporte (qualquer tipo de modal) aéreo, rodoviária e hidroviária, para "todos os delegados eleitos pelo Movimento Popular", (inclusive aquelas que não possuem em seu estado, o conselho Estadual das Cidades regulamentado) aos recursos já existentes, como segue:
- Alinda visando o melhor desempenho do evento, solicitamos a sua Deverá ser enviado ao email da organização ao qual o delegado pertence com cópia para o email particular dos mesmos, dados legíveis de vital importância como se segue:
- 1.- Cópia legível do Bilhete de Passageiro
- 2.- Cópia da reserva de hotel
- 3.- Documentos para apreciação de debates do evento, contendo principalmente o período do evento
- 4.- Endereço do local do evento e eventuais observações que se faga
- 5.- Telefone do responsável pelo translado Aeroporto X Evento X Hotel necessário.

No primeiro dia e no último dia do evento deverá ter uma pessoa responsável pela logística com exclusividade para atendimento ao translado dos delegados no percurso: **Aeroporto X Evento X Hotel**

Nos, Delegados eleitos e presentes à 5 Conferência Nacional das Cidades, através desse instrumento expressamos nosso repúdio ao não custeio das passagens UF/DF-UF para os o evento em referência ao presente texto. Isto se faz necessário, uma vez que trata-se de elevado interesse social com impacto direto na economia nacional, pois é nela em que o rumo da Mobilidade Urbana é debatida e, sinaliza como um de seus resultados, queda na inflação do Brasil.

Tal investimento reforça a imagem do evento e o qualifica em definitivo como Evento democratizado.

Se tal reivindicação não for atendida o evento que possuir fundamental importância a nível brasileiro, pede perder sua qualificação em democratização.

Solicitamos ainda que a conferência tenha um setor onde delegado do Movimento Popular possa executar impressões usando seus respectivos pendrives.

Eaz-se necessário também a presença de uma Rede Wi-fi que atenda todo

Os Delegados eleitos nas Conferências Municipais para a Etapa Estadual dos municípios que compõem a região, mais precisamente Araquari, Blumenau, Barra do Sul, Campo Largo, Garuva, Itapoa, Joinville, Rio Negroinho, São Bento do Sul e São Francisco do Sul associados da AMUNESC – Associação dos

A Região Norte Nordeste de Santa Catarina é a região urbana que apresenta um dos maiores índices de desenvolvimento econômico no estado de Santa Catarina com a maior perspectiva de crescimento até 2025 conforme divulgado pela imprensa estadual e regional. A região é destaque, reconhecida pela diversidade econômica, aliada a localização estratégica e a concentração de empresas.

L'Institution

Mogão de Indigenágão em relagão ao fato do estado não custerar as despesas de hospedagem e alimentação dos delegados eleitos para a Etapa Estadual da Conferência das Cidades que acontece nos dias 26 e 27 de setembro em Eurotanqueiros conforme foi relatado por ocasião das Conferências Municipais.

34

Os Delegados eleitos para a Conferência Estadual das Cidades dos Municípios associados da AMUNESC – Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina, infra-assinados vêm respeitosamente encaminhar a seguirite **Mogão de Indiğnagaó**provada em reunião realizada no dia 24 de

SECRETARIA EXECUTIVA
MUNICIPAL DA SAÚDE
ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO NORDESTE-GO S/C
AMUNESC

Joinville, 24 de setembro de 2013.

É a Mogão.

Destra forma, aprova-se a "MOGÃO DE INDIGNAÇÃO" enviando-se cópia da presente mogão aos Conselhos Municipais das Cidades dos municípios associados da Amunesc, ao Conselho Nacional e ao Conselho Estadual das Cidades.

Sendos assim faz se necessário reiterar que facilitar o acesso da sociedade como um todo assegurando que o processo seja participativo e democrático implica em facilitar e permitir que todos os segmentos inclusive que há muito foram preteridos participem efetivamente de todo o processo.

Prejudicada a garantia do equilíbrio que se tem quando todos os segmentos tem a mesma oportunidade de discutir e aprovar o ambiente urbano, uma vez que tal medida impossibilita que muitos dos delegados não governamentais estejam presentes.

Municípios do Nordeste de Santa Catarina, cientes da importância da contribuição no processo democrático da construção das cidades buscando o desenvolvimento homogêneo da região lamenta que neste momento, por conta do não custeamento das despesas acima citadas, fique



V CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Brasília, 20 a 24 de Novembro

Nós delegados e delegadas participantes da V Conferência Nacional das Cidades vimos por meio desta Moção, manifestar nosso apoio para inclusão do Tema: Garantia da Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, nas diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, na perspectiva da intersetorialidade e do Direito Humano à Alimentação Adequada, para construção de cidades Sustentáveis e Saudáveis.

MOÇÃO

QUE A CAIXA ECONOMICA VOLTE A TER UM ESPAÇO UMA VEZ POR SEMANA, COMO ERA ANTERIORMENTE O ESPAÇO SOLIDÁRIO, PARA TIRAR DÚVIDAS DAS ENTIDADES E QUE POSSA FORNECER ATÉ 4 TIPOS DE PROJETOS APROVADOS POR ELA; PARA QUE AS ENTIDADES ESCOLHAM O QUE FOR MELHOR E ASSIM TER MAIS AGILIDADE NA APROVAÇÃO DOS PROJETOS E DAS FREE, POIS A MAIOR DIFICULDADE DAS ENTIDADES É A DEMORA NA APROVAÇÃO DOS PROJETOS: TÉCNICO, SOCIAL E FREE.

CNPJ- 13.789.776/0001- 40

MOÇÃO

À Associação de Moradores da Comunidade Artur Bernardes, vem através da presente MOÇÃO pedir a intercessão do Ministério das Cidades para que junto ao Governo do Estado do Amazônas ~~se~~ possa rever os processos dos moradores da Comunidade á contempla-los com moradias e ressarcir a diferenças dos valores que deveriam ser pagos aos que optaram por indenizações de suas palafitas, e também contemplar com moradias aqueles que não puderam comprovar suas residências naquela Comunidade, após o grande incêndio que a devastou por completo as 527 palafitas que lá existiam.

Os valores das indenizações das palafitas foram decretadas pelo estado com base nas famílias que optaram por Bônus moradia no valor de 50.000,00 reais, fato que não se encontra facilmente casas com os requisitos cobrados por esse valor em Manaus, e 35.000,00 reais para indenização em cheque moradia que também não condiz com a realidade para uma nova aquisição de moradia, assim como as avaliações de palafitas que lá existiam que variam de 1.800,00 reais á 28.000,00 reais ás famílias que não puderam obter comprovantes de residências para comprovarem essas moradias, e também aos cedido e inquilinos que só terão o direito no valor de 6.000,00 reais e que ficarão a mercê de seus direitos á moradia, com excessão aos que por sorte cumpriram os requisitos e aguardam seus apartamentos. Ora se antes a SUHAB-AM já tinha elaborado o cadastro socioeconômico bem antes do incêndio com todos os dados familiares e fotos das residências.

Portanto, à Comunidade faz esse apelo à 5º Conferencia Nacional das Cidades através do Ministério das Cidades e com apoio dos Delegados presentes pra que se possa garantir o direito de uma moradia digna e adequada á aqueles moradores que sofreram há décadas as maiores enchentes dos últimos tempos, assim como o Maior incêndio urbano já ocorrido no Estado do Amazonas.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE ARTUR BERNARDES

Brasília, 22 de Novembro de 2013.

5ª Conferência Nacional de Cidades

MOÇÃO PELA PARIDADE DE GÊNERO

Nós brasileiras solicitamos o apoio pela paridade de gênero na composição da representação dos segmentos, no Conselho das Cidades, bem como a garantia da regionalização contemplando as diferentes regiões do Brasil

Moção de apoio as comunidades tradicionais Ribeirinhos Caiçaras de Guarujá litoral Norte Paulista.

Companheiros essa Terra Nativa Chamada Brasil foi Invadida por volta do ano de 1500, por um abastardo cidadão de nome Pedro Alvares Cabral.

COLONIZAÇÃO

Aqui chegaram eles e já encontraram nossos irmãos nativos, que por serem povos acolhedores foram eles apelidados de Índios, com eles travaram contatos, e foi a partir deste contato que começou aqui a maior Colonização expúria sagaz sofredora política e religiosa, AQUI NOS APRISIONARAM NOS TRABALHOS FORÇADOS, E ESCRAVOS. Como assim também Mistificaram nossa etnia.

No Primeiro fastio que sentimos de sua cultura religiosa, fomos perseguidos outra vez e incrustados nos pelourinhos com os irmãos negros para assim alimentar os Capitalistas Europeus e as benesses de D. Pedro I e suas castas Europeias.

Pois bem assim iniciou-se a nossa Colonização. Delas trouxeram as chagas do capitalismo a escravidão com nossos irmãos negros Africanos para sustentar a velha Europa e o mundo do resto.

Aqui lutaram pelas suas liberdades até escaparem dos trabalhos escravos e formarem seus quilombos ali preservam as suas culturas e Liberdades de seus Povos ate traçarem laços de fraternidades com nossos irmãos nativos (os Índios) dessa fraternidade nasceram as mais diversas comunidades tradicionais muito dignas e lutadoras os crioulos, os caboclos vários remanescentes e por ai se vai.

Mais nesse documento nos queremos expressar as falas das comunidades Ribeirinhas dos Caiçaras do Litoral norte de cananeia de Guarujá até a divisa com Estado do Rio de Janeiro.

OS CAIÇARAS RIBEIRINHOS são povos Tradicionais oriundo de Índios, litorâneos (Guarany) com filho de Europeus que aqui se formaram na extenção praiana do litoral Paulista, vivendo da agricultura Familiar, da caça e da pesca desde a época do Império, como também das várias repúblicas ditadoras ou não.

Hoje estão sendo expulsos de suas terra ribeirinhas para a invasão da especulação imobiliária e expansão dos Portos, Pré-sal e das grande Marinas e Nauticas pra guardarem seu luxuosos Iates além de vários Condomínios e lotamentos fechados, que hoje acomodam Juízes, desembargadores e Políticos Tradicionais.

POR ISSO REINVINDICAMOS nesse abaixo assinado que sejam respeitado e se mantenham os povos tradicionais CAIÇARAS DE Guarujá em suas terras originais ocupadas, com todo o litoral PAULISTA E BRASILEIRO

Respeitem suas culturas e suas FAMILIAS DESCENDENTES E EVITANDO o desenvolvimento Portuário , e do Pré-Sal nessas áreas respeitando os espaços de vivencia desse Povos. e que devolvam asseguran do suas atividades da pesca, sua Cultura respeitand o decreto 6040 Do DecretoFederal de 2007 que trata da política Nacional de povos Tradicionais.

Que Executivo continue com o poder de definir a demarcação das Áreas de terras indígenas e assim como para os povos e comunidades tradicionais Caiçaras, Ribeirinhos e pescadores através de decreto Presidencial.

Os delegadas e delegados DA 5ª Conferencia Nacional das cidades representantes dos todos os seguimentos e unidades da República federativa do Brasil propomos essa Moção ao plenário da 5ª Conferencia das cidades e ao Ministério das Cidades realizada em Brasília em 22 a 24 de Novembro de 2013.

MOÇÃO

Nós, delegados da 5ª Conferência Nacional das Cidades, reunidos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, Distrito Federal, nos dias 20 a 24 de novembro de 2013, por meio desta Moção, apelamos a Sua Excelência deputado Henrique Eduardo Lyra Alves, presidente da Câmara dos Deputados, que coloque em votação no Plenário dessa Casa de Leis a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 90, de 2011, que “Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.”, já aprovada por unanimidade na Comissão Especial. Face à relevância e à expectativa da sociedade civil em relação à matéria, solicitamos que a mesma seja votada ainda este ano.

Brasília, 21 de novembro de 2013.

MONÇAO DE REPUDIO A PREFEITURA DE BELO HORIZONTE POR NAO TER CONVOCADO A CONFERENCIA MUNICIPAL DE POLITICAS URBANAS EM 2013

A Prefeitura de Belo Horizonte – PBH -, representada pelo prefeito Márcio Lacerda e secretários municipais, tem colocado em espaços públicos de que não haverá a convocação da Conferencia Municipal de Políticas Urbanas em 2013 contrariando o Plano Diretor do referido município e o Estatuto da Cidade:

Art. 82 -- A Conferencia Municipal de Pol.tica Urbana tem os seguintes objetivos:

I – avaliar a condu..o e os impactos da implementa..o das normas contidas nesta Lei e na de Parcelamento, Ocupa..o e Uso do Solo;

II – sugerir altera..o, a ser aprovada por lei, das diretrizes estabelecidas nesta Lei e na de Parcelamento, Ocupa..o e Uso do Solo;

III – sugerir altera..o no cronograma de investimentos priorit.rios em obras.

Àò 1. - A Conferencia Municipal de Pol.tica Urbana deve ser amplamente convocada e dela poder.o

participar, debatendo e votando, representantes do Executivo, de .rg.os t.cnicos, da C.mara Municipal e de entidades culturais, comunit.rias, religiosas, empresariais e sociais.

Àò 2. - A Conferencia Municipal de Pol.tica Urbana . realizada no primeiro ano de gest.o do Executivo.

- A 5^a Conferencia Nacional da Cidade repudia a falta de convocação por parte da PBH da Conferencia Municipal de Políticas Urbanas.

Diante da ineficiênciа da PBH os Movimentos Sociais de Belo Horizonte criaram uma comissão para convocar a 4^a Conferencia Municipal de Políticas Urbanas de Belo Horizonte – a 1^a Conferencia Popular – ainda em 2013 como prevê a legislação.

- A 5^a Conferencia Nacional da Cidade apóia a iniciativa dos Movimentos Sociais de Belo Horizonte de convocar a Conferencia de Políticas Urbanas de Belo Horizonte em 2013.

MOÇÃO DE APOIO À IMPLANTAÇÃO DO PARQUE NATURAL ROUSINETE FALCÃO

Quando a criatividade nossa, dos pernambucanos, se expressa através da música e da dança, manifestando toda nossa irreverência, o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa participa com a TCM Arrebenta Sapucaia! desfilando pelas ruas do Barro, bairro do Recife, embalada pela força e a beleza do nosso frevo.

Foi a necessidade de manter o Movimento vivo, mesmo na época momesca, que brotou, no centenário do frevo, a Troça com seu hino e seu lindo estandarte para arrebentar o entusiasmo e a determinação de uma luta que completava então 28 anos.

O Movimento que iniciou como Amigos da Mata e hoje girando em torno dele mais de cem instituições, só para citar três exemplos que sejam universidades, instituições religiosas e Movimentos Culturais e Sociais para preservar e hoje reivindica a implantação do Parque Natural Rousinete Falcão.

Entendemos que esse Movimento contribui para fortalecer a Luta pela Reforma Urbana, reforma essa cuja necessidade se apresenta mais candente quando a concentração populacional na área urbana era de 84,4% em 2010 contrastando com 36% em 1950.

Entendemos também que concomitantemente necessário se faz outras reformas, como a Agrária, a da Educação, Política, Comunicação e a Tributária. Porque além de uma residência confortável e uma mobilidade adequada, a população de uma cidade vota, estuda e contribui com tributos. Em fim tudo isso deverá ser orquestrado por um projeto nacional de desenvolvimento.

Reforma Urbana já para a nossa Recife, com seus rios, suas pontes e seus viadutos, cortejada pelo majestoso Oceano Atlântico.

Congratulando-se com a 5ª Conferência Nacional das Cidades, o Movimento em Defesa da Mata do Engenho Uchoa sugere que essa vitoriosa Conferência aprove a Moção de Apoio à Implantação do Parque Natural Rousinte Falcão nos Cento e Noventa e Dois Hectares remanescentes de Mata Atlântica.

Mais um parque para a cidade.

Recife merece.

Quem muda a cidade somos nós. Reforma Urbana Já.

MOÇÃO DE REPÚDIO AO DESRESPEITO À PARTICIPAÇÃO POPULAR E O ESTATUTO DA CIDADE

Nós delegados e delegadas da 5º Conferência Nacional das Cidades repudiamos o constante desrespeito ao cumprimento do Estatuto da Cidade e a Resolução nº 25 do Conselho Nacional das Cidades que trata das decisões que impactam o uso e a ocupação do solo urbano, tais como planos diretores, definição de Zonas Especiais de Interesse Social e outros instrumentos que garantem a função social da propriedade urbana.

Constantemente, grandes obras públicas de intervenção urbana (PAC, MCMV, Portos, Estádios) são implementadas sem consulta a população impactada. Obras que deveriam contribuir para o desenvolvimento urbano e garantia do direito à cidade acabam promovendo a excessiva valorização de determinadas áreas em detrimento de outras, impactam o solo, o meio ambiente e não garantem a fixação das famílias que historicamente habitam e possuem vínculos com determinadas porções da cidade.

Pelo respeito à democracia participativa!

Em defesa do Estatuto da Cidade!

Moção de Repudio contra o ministério Publico de Guarujá SP. Contra o Arquivamento dos crimes de Maio de 2006, ocorridos na cidade de GUARUJA no Estado de São Paulo, com PEDIDO de Federalização nas investigações desses crimes praticados por Policiais mascarados bandidos na Policia MILITAR DO estado de São Paulo, Onde nessa trágica noite chamada de duelo entre policias mascarados Ninjas com suposta facção criminosa PC, nessa trágica noite filhos de negros pobres da periferia de Guarujá foram assassinados metralhados na periferia de Guarujá, quando voltavam de suas escolas, ou de suas igrejas, Só nesta trágica noite ,por voltas da 19 horas ate as 21 horas, foram cenas de horrores e lagrimas para os pais desses jovens, pois num raio de mais ou menos 1 quilômetros de distancias, foram assassinados 19 jovens negros e pobres além de uma crianças de 7 anos de idade da Periferia de GUARUJÁ. MESMO HAVENDO EVIDENCIAS ,e prisões de alguns desses policiais criminosos, os mesmos foram soltos, e os crimes arquivados sem nenhuma investigação , Por isso mães e pais dos chamados crimes de MAIO DE 2006,ATE HOJE LUTAM PARA QUE ESSES CRIMES SEJAM FEDERALISADOS.Na Cidade do GUARUJÁ ,Ate hoje já foram assassinados também um vereador do Partido dos Trabalhadores Luiz Carlos ROMAZZINNE que defendia na Câmara de vereadores de GUARUJÁ, apuração desses crimes de Maio de 2006,praticados por essa parte podre da policia Paulista, ja foram também assassinados mais outros dois vereadores, Professor ERNESTO, e o vereador Falcão, e mais um Secretario de Governo da Prefeita Maria Antonieta de BRITO, seu secretario Ricardo Joaquim ASSASSINADO Por isso pedimos a este fórum de discussões Democrático Nacional que aprove esta moção de Repudio ao Ministério Publico de GUARUJÁ, conta o Arquivamento desses crimes,e pela sua Federalização .

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA
- MNLM -

MOÇÃO DE REPUDIO AO JUDICIARIO AMAZONENSE

Senhora Presidenta da República,

O Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM, presente na 5^a Conferência Nacional das Cidades, vem apresentar esta Moção de Repúdio contra o Poder Judiciário do Estado do Amazonas, que de maneira arbitrária, irregular e injusta, tem determinado REINTEGRAÇÕES DE POSSE E REMOÇÕES com o uso da força policial estadual numa area onde há varios titulos de terra duvidosos e um decreto estadual que desapropria tal area através do Decreto 29.453 de 11-12-09, publicado no DOE em 11-12-09, para a implementação do Projeto Minha Casa Minha Vida. Tem nesta **Comunidade Nobre** 800 familias que ali moram há de um ano. Unimos aqui situação similar que ocorre na **Comunidade Peniel**. Ali 200 familias estão sendo removidas de forma irregular, pois as idenizações não atendem aos preços de mercado.

Esta Moção de Repúdio vem confirmar o sentimento de tristeza que nós, cidadãs e cidadãos brasileiros sentimos e que foi manifestada na Conferência Estadual no mês de outubro e agora confirmada na 5^a Conferencia Nacional das Cidades.

Que este documento seja usado como balizador para que a **JUSTIÇA BRASILEIRA**, ao invés de punir, passe a ajudar todos que têm o direito constitucional de moradia digna.

BRASILIA – DF, 22 de novembro de 2013

**MOÇÃO DO SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE PERNAMBUCO - SINDMETRO/PE – E
DELEGADOS DA 5a CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES EM DEFESA DO
TRANSPORTE METROFERROVIÁRIO PÚBLICO E SOCIAL**

À EXCELENTÍSSIMA PRESIDENTA DA REPÚBLICA DILMA ROUSSEFF

AO EXCELENTÍSSIMO MINISTRO DAS CIDADES AGUINALDO RIBEIRO

A CBTU, Companhia Brasileira de Trens Urbanos, empresa de caráter público federal, criada em 1984 para administrar e operar os sistemas de passageiros metroferroviários nos diversos estados vem sofrendo processo de sucateamento e desmonte por parte do governo federal, mostrando o descaso com o patrimônio público e ausência de visão estratégica do papel metrô e do transporte sobre trilhos como a melhor, senão a única, alternativa técnica para o transporte de massas em escala para as grandes cidades e capitais, lição já aprendida em absolutamente todas as grandes metrópoles mundiais. Fica evidente que o transporte público deve ser um direito social de todo cidadão da mesma forma que saúde , segurança e educação. O mesmo vem ocorrendo com a TRENSURB, que opera o metrô de Porto Alegre, também ligada ao Ministério das Cidades.

Posto isso, defendemos:

1. Manutenção da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU – e TRENSURB como empresas públicas de âmbito federal cumprindo seu objetivo eminentemente social de transportar pessoas com qualidade, rapidez, segurança através de uma tarifa subsidiada que atenda aos interesses da população.
2. Pela expansão das suas malhas metroferroviárias com exploração e administração direta pelo poder público federal. Contra a administração privada nos sistemas metroferroviários públicos, através de parcerias público privadas - PPP ou concessões. Contra a estadualização por ser evidente que os estados onde a CBTU e TRENSURB operam não tem condições financeiras para manter o sistema de transporte de passageiros metroferroviários.
3. Em defesa da PEC 90/2011 a qual garantirá que o transporte público seja um direito social e que a CBTU e TRENSURB, empresas federais, adotem a política do passe livre.
4. Por uma gestão democrática que garanta a participação e fiscalização dos trabalhadores e usuários dos sistemas administrados pela CBTU e TRENSURB.

Considerando que a única forma de obtenção às justas reivindicações de mobilidade para população é o oferecimento dos serviços de transporte por empresas públicas, que os prestem com qualidade através de uma tarifa social, com investimentos públicos e não atendendo aos interesses do lucro e do capital privado, abaixo assinam delegados da 5a Conferência Nacional das Cidades representando entidades sindicais, centrais, movimentos sociais, populares e civis organizados.

**SINDICATO DOS METROVIÁRIOS DE PERNAMBUCO - SINDMETRO/PE
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS METROVIÁRIOS - FENAMETRO**

MOÇÃO DE REPÚDIO

**À OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA (OUC)
PARA O CENTRO DE NITERÓI/RJ**

NÃO A PARCERIA PÚBLICO PRIVADA!

Repudiamos a Operação Urbana Consorciada (OUC) para o Centro de Niterói, aprovada pela Câmara Municipal no dia 21/11/2013, que irá privatizar e adensar a área central da cidade. Mesmo com 03 Ações Civis Públicas do Ministério Público tramitando no Poder Judiciário a Câmara Municipal aprovou a Operação Urbana que desconsidera a população mais pobre como a do Morro do Estado, os pescadores da orla e pequenos comerciantes e ambulantes que vivem e trabalham na área. Além disso, a OUC não prevê melhorias no sistema de trânsito e de infraestrutura básica, como abastecimento de água e irá privatizar a área central da cidade para construções de alto padrão das empreiteiras OAS, Odebrecht e Andrade Gutierrez.

Os recursos gerados pelos CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção) não apontam para nenhum investimento nas Áreas de Especial Interesse Social.

**NÃO À OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA DE NITERÓI
DEFENDEMOS UM PLANO DIRETOR QUE CONTEMPLA AS
NECESSIDADES DO POVO DE NITERÓI,
NÃO A VONTADE DE EMPRESAS PRIVADAS QUE SÓ
VISAM SEUS LUCROS!**

**PRECISAMOS REJEITAR ESSE MODELO
PRIVATISTA DE CIDADE!!!**

5º CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Brasília/DF, 23 de Novembro de 2013.

MOÇÃO DE REPUDIO,

Excelentíssimo Sr Ministro das Cidades: Aguinaldo Ribeiro

Nós, as entidades dos Movimentos Sociais e Populares do Estado da Bahia(CMP, CONAM, UNMP, MNLM) solicitamos MOÇÃO DE REPUDIO a IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO LINHA VIVA NA CIDADE DE SALVADOR. Este projeto que contem 20 praças de pedágio vai promover a privatização no deslocamento de uma importante rota desde a região do Iguatemi até o Aeroporto, promovendo despejo de milhares de famílias de baixa renda e comprometendo bairros inteiros como o de Saramandaia, além de interferir negativamente nas áreas verde (Mata Atlântica) da região da Paralela, portanto este projeto não colabora com a Mobilidade Urbana porque implica na exclusão social, no direito de ir e vir dos cidadãos e ainda compromete a política de habitação de interesse social. Ressaltando que o projeto não foi submetido a discussão e participação popular e favorece aos grandes interesses econômicos.

REFORMA URBANA JÁ.

MOÇÃO Minha Casa Minha Vida Entidades

As delegadas e delegados da 5ª. Conferência Nacional das Cidades, reunidos em Brasília, entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013 **aprovam esta moção em defesa de mudanças no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades:**

Controle Social e participação – Defendemos que o Conselho Curador do FDS seja reformulado, incluindo a participação dos movimentos populares urbanos em sua composição

Compra Antecipada – Esta modalidade é uma conquista dos movimentos para enfrentar o encarecimento da terra e a especulação imobiliária. Defendemos sua agilização, com a contratação de empreendimentos em todos os Estados e o fim do limite de 30% dos recursos para a modalidade e de tamanho de município.

Habitação e Cidade – Nos empreendimentos maiores de 300 unidades, alocar recursos da ordem de 6% do valor do empreendimento para a construção de equipamentos de educação, saúde, lazer, cultura e segurança pública e apoiar os movimentos na interlocução com o poder local para seu funcionamento.

Difusão do programa e apoio à contratação em todos os municípios.

MOÇÃO DE REPÚDIO À INSTALAÇÃO DE INCINERADORES OU USINA VERDE PARA A QUEIMA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Nós, participantes da V Conferencia Nacional das Cidades, manifestamos nosso repúdio a implantação de Incineradores ou Usinas Verdes, seja nas cidades do ABCDMRR (Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) bem como no Estado de São Paulo ou no Brasil. Reconhecemos e apoiamos a luta do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis - MNCR/SP, que vem durante muitos anos lutando para uma concreta e definitiva inclusão social e econômica de milhares de trabalhadores e trabalhadoras, catadores e catadoras que trabalham arduamente coletando materiais recicláveis, e desta maneira contribuindo para a preservação do meio ambiente e, consequentemente, diminuindo toneladas de lixo que são encaminhados para os aterros e lixões de todo o país. Estes catadores/catadoras, que através do trabalho de coletar nas cidades os materiais recicláveis e ou reutilizáveis, realizam a conscientização da população sobre a importância da separação do material reciclável, bem como sendo mediante a coleta destes materiais que sustentam suas famílias. Vários estudos apontam que cada incinerador custa em torno de R\$ 400 milhões, sendo que de 30% a 50% deste valor poderiam ser investidos pelos municípios no trabalho de coleta seletiva solidária com a inclusão social e econômica de catadores e catadoras, propiciando a qualificação, a capacitação, aprimorando cada vez mais o trabalho destes Agentes Ambientais da coleta seletiva. Considerando que o alto custo da implantação destes equipamentos, a consequência social é grave, pois tais incineradores são causadores de doenças sérias, e de grande risco à saúde como um todo, devido a emissão de Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs): **Dioxinas, Furanos, Bifenilas Policloradas**, e outros metais pesados, como mercúrio e cádmio, entre outras substâncias perigosas e tóxicas à saúde humana e das demais formas de vida do planeta. As cinzas causadas pela queima do “lixo”, no seu armazenamento devem ser acondicionadas e tratadas como resíduos altamente perigosos, pois o volume e a toxicidade das cinzas fazem com que a destinação seja complicada, tecnicamente arriscada sobre a segurança e a contaminação futura, além de cara. Neste contexto, o Poder Público que optar pela incineração está indo na contramão da história, pois o baixo poder calorífico do lixo (o lixo no Brasil é úmido) faz que seja necessário queimar muito material reciclável principalmente o plástico, que tem grande poder calorífico (90%), para reduzir a umidade, e desta forma iniciar a incineração para a geração de energia. O desenvolvimento humano, a vida, o trabalho, a solidariedade, a redução da pobreza, a distribuição de renda e cidadania devem ser compromissos dos administradores públicos comprometidos com a população e com os catadores/catadoras, pois em muitos lugares ainda são discriminados direta e ou indiretamente por essa sociedade consumista, individualista, do descartável, e neste sentido são estes Agentes Sanitários Ambientais que limpam todo o “lixo” que a sociedade produz! A coleta seletiva solidária, a inclusão social e a conscientização ambiental são compromisso daqueles que constroem um planeta sustentável para estas e as futuras gerações, além da vantagem de recuperação dos recursos naturais e reinserção na cadeia produtiva do material reciclável. No Brasil há mais de 500 organizações de catadores e catadoras, e são segundo o último levantamento de 500 a 800 mil trabalhadores e trabalhadoras que sustentam a família com este trabalho. Portanto, em apoio total e irrestrito ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis e aos catadores e catadoras do ABCDMRR, de São Paulo e do País, repudiamos a implantação de incineradores e ou usinas verdes. **Coleta Seletiva solidaria com inclusão social e econômica dos catadores e catadoras sim! Incineradores, não!!!**

MOCAO Minha Casa Minha Vida Entidades

As delegadas e delegados da 5ª. Conferência Nacional das Cidades, reunidos em Brasília, entre os dias 20 e 24 de novembro de 2013 **aprovam esta moção em defesa para que ocorra o reajuste imediato da Faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, para até 3 salários mínimos vigentes, com reajuste anual.**

As faixas salariais hoje do MCMV já não condizem com a realidade do país. Tal distorção tem sacrificado um grande percentual de famílias organizadas nas associações durante muitos anos e que no momento da concretização de seu sonho, se vê alijada do processo, pelo simples fato de ter tido aumento de salário. Com a demora nos trâmites burocráticos, acrescido da política de valorização dos salários da população, o que ocorre é que a família tem pavor de ter seu salário reajustado e ficar fora da demanda.

Além disso, a Faixa 2 é um degrau muito alto para as famílias com a renda até 5 SM. Defendemos a construção de uma nova proposta de financiamento para as famílias de 3 a 5 SM no MCMV Entidades, com limite de até 20% da demanda, com melhores condições do que aquelas oferecidas pelo FGTS.

MOÇÃO

As ONGs brasileiras reunidas na 5ª. Conferencia Nacional das Cidades se manifestam publicamente através desta moção de repúdio à situação de um membro brasileira de uma ONG internacional (Greenpeace) que foi mantida presa na Rússia.

Pedimos a sua liberdade e garantia de sua vida.

Esta brasileira é um exemplo de como as ONGs brasileiras estão trabalhando para um mundo melhor.

A partir deste momento nos comprometemos a trabalhar para todas as regiões do Brasil.

MOÇÃO

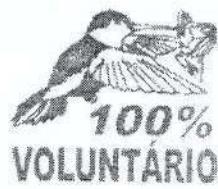
área

Nós, delegados e delegadas abaixo assinados, defendemos a destinação de lotes para dar suporte e estrutura às atividades de associações e grupos culturais, em todo o país como as Escolas de Samba, cuja a produção cultural necessita de espaço e estrutura para sua confeção e manutenção.



OS GUARDIÕES DA NATUREZA

"ÁGUA É VIDA TODA VIDA"



**ONG – MOVIMENTO ECOLÓGICO GUARDIÕES DA NATUREZA
FUNDADA EM 1989 AQUI EM ARAGUAINA**

Sede: Rua 9, nº 500 – Setor Dom Orione / Araguaina - TO

CNPJ (MF): 07.834.052/0001-02

E-Mail: guardioesdanatureza@yahoo.com.br

Tel.: (63) 9956-3789 / 9261-7042

CARTA DE MOÇÃO

Há necessidade que todo cidadão e cidadã preserve e conserve as APP's que era de 30 m de distância de córregos urbanos de até 10 m. A Lei 4771/65 que foi acordada pela Presidenta do CNA – Confederação Nacional da Agricultura do Brasil (Kátia Abreu), que fica afirmado pela sociedade civil organizada (sindicatos, associações, fundações, ONG's e OSCIP).

Que se faça valer as assinaturas dos Delegados Nacionais das cidades da 5^a Conferência Nacional em Brasília. Que fica afirmado esta Carta de Moção, que se cumpra a Lei 4771/65 que não se diminua mais, nem um metro dos 15 metros das APP's dos córregos urbanos do Brasil.

Por ser verdade, todos os assinantes.

MOÇÃO EM APOIO A ANISTIA PARA AS ENTIDADES SOCIAIS DAS MULTAS DE RAIS NA RECEITA FEDERAL

A FEMAB – Federação Matogrossense das Associações de Moradores de Bairros e CONAM, obteve uma grande vitória com a publicação da Lei 12.879 de 05 de novembro de 2013, que trata da isenção das taxas cartoriais, uma luta do movimento comunitário do Mato Grosso e de todo o Brasil, sempre apoiado pela CONAM.

Agora a luta é pela **ANISTIA** das **MULTAS** da **RAIS** – Relação Anual de Informações Sociais, junto a Receita Federal estas multas tem inviabilizado em muito a atuação das Entidades frente os projetos de alcance social em parceria com os vários níveis de governo.

Desta forma, solicitamos o apoio a esta MOÇÃO da FEMAB/CONAM em prol de todos os movimentos e entidades sociais.

MOÇÃO REIVINDICATÓRIA

pela criação de Varas Judiciárias Específicas para Regularização Fundiária

Nós delegados e delegadas da 5^a Conferência Nacional das Cidades viemos através desta moção solicitar ao Governo Federal que crie Varas Judiciais específicas para trabalhar na regularização fundiária a exemplo do departamento de Impasse e Conflitos Urbanos já existentes no Ministério Público do estado do Paraná. Podendo essas varas serem municipais ou regionais de acordo com a demanda, e que as mesmas tenham o poder de decretar a titulação das terras ou áreas adquiridas, inclusive via contratos de particulares, com ocupação com fracionamento já consolidado, tendo como comprovante de aquisição o próprio contrato e/ou comprovantes de pagamento de IPTU, taxas de água, telefone ou energia elétrica.

Moção de Apelo ao MINISTÉRIO DAS CIDADES em favor das famílias que vivem em ÁREA DE OCUPAÇÃO na cidade de Lorena, São Paulo.

Brasília, 21 de novembro de 2013.

Há quase 10 anos, cerca de 200 famílias vivem em uma área ocupada no bairro Parque Rodovias, Lorena, São Paulo, pertencente a uma empresa que não é da cidade, cujo proprietário durante anos não se mostrou preocupado e interessado em dar continuidade ao loteamento, garantindo condições dignas de moradia para a população.

No ano passado, a empresa resolveu agir e entrou com pedido judicial de reintegração de posse. Diante do risco de uma decisão desfavorável às famílias, a administração municipal buscou entendimento com o proprietário para possível aquisição da área, o que veio a diminuir o conflito existente e suspender o processo de reintegração de posse.

No entanto, considerando as dificuldades financeiras pelos quais passa o município de Lorena, neste atual momento, através desta **MOÇÃO** fazemos um **APELO** ao Ministério das Cidades para que, através da Caixa Econômica Federal, em parceria com Governo Federal e Executivo Municipal, possa ser ADQUIRIDA ESSA ÁREA e ser realizada a devida REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA e melhorias nas moradias dessas 200 famílias.

Atenciosamente,



Maurilio Sales Neto



Carlos Alberto Vieira Coelho



Marco Antônio de Salles

MOÇÃO DE REPÚDIO

As Delegadas e Delegados participantes da 5ª Conferência Nacional das Cidades (realizada nos dias 20, 21, 22, 23 e 24 de Novembro de 2013, no Auditório Ulisses Guimarães em Brasília) abaixo-assinados, vem por meio desta **REPUDIAR** o Governo do Estado do Amazonas pela construção de Conjuntos Habitacionais na cidade de Manaus sem os serviços básicos (Transporte Público Urbano, Postos de Saúde, Escolas, Creches, Quadras de Esporte e outros). O Conjunto “VIVER MELHOR I” que foi entregue em Dezembro de 2012 com cerca de 3.800 unidades se transformou num verdadeiro GUETO, pois a Superintendência Estadual de Habitação entregou estas unidades habitacionais sem os serviços básicos acima citados (Conforme matéria Jornalística do dia 21.11.2013, denunciando a situação precária da falta de transporte para as crianças moradoras do conjunto residencial).

O mesmo Governo do Estado do Amazonas está entregando cerca de 50 mil Títulos Definitivos sem validade nenhuma, pois os referidos Títulos não estão sendo **REGISTRADOS** nos cartórios de registro, entregando assim para a População Amazonense somente PAPÉIS SEM VALOR ALGUM.

5ª Conferência Nacional das Cidades

20 a 24 de novembro de 2013

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados participantes da 5ª Conferência Nacional das Cidades, vem apresentar esta MOÇÃO DE REPÚDIO contra a imposição dos aquecedores nas unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, desenvolvidos nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, que compõem o Bioma Amazônico ocupando quase 50% do país, **se definindo pelo dominante clima QUENTE E ÚMIDO**, com predominância da fisionomia florestal, da continuidade geográfica, da condição peri-equatorial e do próprio contexto da bacia hidrográfica amazônica, torna-se inócuas e inadequadas a exigência de banheiros equipados com aquecedores de água, prevista nas normativas dos Programas de Moradia Popular do Governo Federal.

Essas características se espalham para além do Domínio Biogeográfico Amazônico, o qual se estende por quase 7 milhões de km², dos quais 60% encontram-se no Brasil, e chegam às caatingas e aos agrestes nordestinos, em condições climáticas úmidas, semiáridas e extremamente secas e que, portanto, também não precisam de aquecedores de água em seus banheiros.

Que esta MOÇÃO DE REÚDIO sirva de incentivo para um redirecionamento dos recursos, utilizados no provimento dos desnecessários aquecedores, para a providência de condicionadores de ar, o que garantirá melhor qualidade de vida para as famílias atendidas pelo Programa.

Brasília, 23 de novembro de 2013

MOÇÃO DE APOIO A PEC DA MORADIA

Nós delegados e delegadas da 5º Conferência Nacional das Cidades apoiamos e reivindicamos a aprovação da PEC 285/2008, conhecida como PEC da Moradia digna, que estabelece que durante os próximos vinte anos serão destinados 2% das receitas da União e 1% das receitas dos estados, do DF e dos municípios ao Fundo de Habitação de Interesse Social.

Estudos apontam que 90% do déficit habitacional brasileiro, estimado em mais de sete milhões de unidades, atinge essencialmente famílias com renda mensal de até cinco salários mínimos. Essa constatação deixa claro que o sucesso de qualquer medida visando o enfrentamento deste déficit exige mais do que o simples aumento da produção de novas moradias: exige o equacionamento das intervenções, de forma que as unidades produzidas estejam compatíveis com o perfil da demanda.

Somente a criação de uma política de Estado, e não apenas com programas de governo poderemos eliminar o déficit habitacional brasileiro. Por isso defendemos a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 285/2008.

MOÇÃO DE REPÚDIO ÀS REMOÇÕES E DESPEJOS FORÇADOS

Nós delegados e delegadas da 5º Conferência Nacional das Cidades repudiamos as remoções e despejos forçados que vem ocorrendo em todo o país.

Nos últimos anos, sob o pretexto dos grandes eventos como Copa e Olimpíadas e a realização de grandes obras de infraestrutura com recursos do Governo Federal (PAC, ampliação de vias) milhares de pessoas estão sendo expulsas de suas moradias, perdendo seus vínculos e raízes. O Governo Federal tem sido omisso e falhado em definir critérios que impeçam/inibam as remoções e garantam o reassentamento na região de origem. Os municípios, por sua vez, tem utilizado o PMCMV para a remoção de famílias com moradia consolidada para as periferias das cidades aumentando o déficit habitacional (e não diminuindo o déficit, que seria seu objetivo fundamental), sem, com isso, sofrer nenhuma restrição no repasse de verbas. É urgente que se encaminhe Decreto Presidencial que impeça o repasse de verbas nestes casos, assim como o próprio Governo Federal não seja o executor de remoções, como no caso do Horto, no Rio de Janeiro, em que o governo pretende remover 621 famílias que moram há 200 anos em terra da União.

Repudiamos também os despejos forçados, a omissão do Governo Federal e Ministério das Cidades em situações de conflitos fundiários e o uso da força policial legitimada pelo Poder Judiciário que em regra não exige o cumprimento da função social da propriedade nem o direito à moradia, deferindo mandados de reintegração de posse sem ouvir as famílias envolvidas no conflito fundiário.



COOPERTATIVAS HABITACIONAIS SOLICITAM SEGMENTO PRÓPRIO PARA MELHOR CONTRIBUIR COM O CONCÍDADAS

Proposta - Criar um novo segmento de classificação social que atenda as Cooperativas Habitacionais sem fins lucrativos e Autogestionárias, contemplando a participação nas conferências das cidades municipais, estaduais e nacional, garantindo as mesmas direito de proporcionalidade na eleição de delegados e conselheiros representantes. O novo segmento poderia ser chamado de 'Entidades Sociais Cooperativistas'. O propósito é corrigir a inserção atual das Cooperativas Habitacionais que hoje estão inseridas equivocadamente no segmento 'Entidades Empresariais'. A 5ª Conferência Nacional das Cidades tem a possibilidade histórica de proporcionar a este vasto segmento o disciplinamento correto de suas ações na política social das cidades. A contemplação visa respeitar, proteger, promover e preencher os espaços já ocupados por essas entidades no cenário nacional.



Conselho Estadual

das Cidades

Concidades/AM

MOÇÃO

5 CONFERENCIA NACIONAL DAS CIDADES

MOÇÃO ESTRATÉGICA PARA CONSTRUÇÃO DE UM HOSPITAL DE REFERENCIA *UNIVERSITÁRIO* NA REGIÃO DO BAIXO AMAZONAS

TEMA ; Construção de um Hospital de Referencia no Municipio de Parintins e Criação do Curso

De Medicina na Regiao Polo do baixo amazonas.

Para Presidenta Dilma ROUSSEF.

Moção estrategica para Construcao de um Hopital de Referencia para o Polo do baixo amazonas, com a criação do curso de Medicina.Considerando-se que trata-se de uma regiao polo ; que nao possui uma Unidade Hospitalar de Alta Complexidade;que todos os pacientes de alta complexidade sao transferidos para Manaus. Que hoje o municipio já atende a demando da Região que comprende municios do Amazonas e Pará. Considerando-se que a regiao possui demanda para o atendimento da demanda Hospitalar e universitária.O municipio possui polos avançadas da UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS E DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO AMAZONAS..

**MOÇÃO EM REPÚDIO AO PREFEITO ROBERTO ANGELO FARIAS DE
BARRA DO GARÇAS/MT**

A **FEMAB – Federação Matogrossense das Associações de Moradores de Bairros e a UAMBG - União das Associações de Moradores de Bairros de Barra do Garças**, manifestam seu **REPÚDIO** ao prefeito de Barra do Garças/MT Roberto Angelo Farias, visto que o mesmo em uma de muitas atitude arbitrárias e anti-democráticas cometidas na administração pública, vem insistente mente passando por cima do direito das Entidades do Movimento Comunitário.

Em atitude recente baixou um Decreto nomeando na vaga da União um assessor particular para participar do Conselho Gestor Municipal de Habitação, mostrando seu total desrespeitos ao movimento e a legislação vigente.

Moção dos idosos(as)

Nos idosos(as) queremos que o programa locação social nos atenda dentro do MCMV (minha casa minha vida) entedidades. Desejamos continuar a viver nossa vida com dignidade.

REFORMA URBANA É TEMA DA 5º CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

Brasília/DF, 23 de Novembro de 2013.

SOLICITAÇÃO, a ser aprovada por Delegados da Plenária Nacional.

Excelentíssima Presidenta: Dilma Rousseff

Apresento a V.Ex^a., nos termos da seção das moções do Regimento Interno, a presente Moção de Apoio a ser encaminhada ao Ministro das Cidades, com base fundamentada na Constituição Federal, Capítulo I, Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. É dever da União para combater a violência de forma e a prioritária e efetiva, principalmente as comunidades carentes do Brasil, a exemplo da comunidades dos municípios do Baixo Sul da Bahia, Simões Filho/BA, Itaberaba/BA, e outros tantos, representados nesta Conferência.

Continuamos na confiança que esses cidadãos que residem no País rico possam ter o respeito e a garantia do seu direito à vida como desdobramento de uma REFORMA URBANA.

CONSELHO NACIONAL DAS CIDADES
5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CIDADES

MOÇÃO

Nós, delegados reunidos na 5ª Conferência Nacional das Cidades, em Brasília-DF, realizada no período de 20 a 24-11-2013, vimos através da presente se posicionar pela manutenção dos Ministérios da área social, e em especial, o das Cidades. Esse debate coloca-se face ao posicionamento contra a quantidade de Ministérios dos Governos Lula e Dilma Rousseff. Nossa manifestação é pela manutenção dos Ministérios das áreas sociais e em especial o das Cidades, e, pelo fortalecimento das Conferências e da efetiva participação popular e do controle social, sendo esses instrumentos importantes na implementação das publicas publicas em nosso País.

Brasília, 23 de novembro de 2013


Marcelo Santa Cruz
Delegado
Poder Público Municipal/ Legislativo

Prefeitura Municipal de Novo Airão – Estado do Amazonas
Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Peixe-Boi
Novo Airão – Estado do Amazonas

MOÇÃO

A Prefeitura Municipal de Novo Airão, em conjunto com a Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional Peixe-Boi, obra do Projeto Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, com 340 unidades habitacionais, construído, já entregue e devidamente ocupado pelos beneficiários, no Município de Novo Airão, desde o mês de agosto de 2013, vem pela presente Moção, solicitar a intercedência do Ministério das Cidades no sentido de se conseguir a solução definitiva dos problemas apresentados no referido Conjunto (Abastecimento de água insuficiente, Sistema de Esgoto com problemas causando despejo de efluentes a céu aberto e causando poluição a curso de água próximo, Rede de Energia Elétrica deficiente, Iluminação Pública com problemas e insuficiente), sendo que nem a Caixa Econômica Federal, e nem a Empresa Staff Construções Ltda., empresa responsável pela execução dos serviços de construção do Conjunto Residencial Peixe-Boi, apesar de terem se comprometido em resolver os problemas, nada fizeram até o presente momento.

Brasília – DF, em 24 de novembro de 2013



Pedro Afonso Ribeiro Cartana

Delegado da 5.^a Conferência Nacional das Cidades
Poder Público Municipal – Amazonas

O poder público municipal, representado por seus conselheiros na 38ª reunião do Conselho Nacional das Cidades, surpreendido com as notícias publicadas em mídia nacional vem a público manifestar o que abaixo segue:

Vencer o déficit habitacional tem sido um desafio histórico aos municípios brasileiros nas últimas décadas. Mais de 60% da população dos municípios mudou do campo para a cidade em apenas 60 anos. A estrutura pública e privada juntas, não foram capazes de atender a demanda por moradia e equipamentos urbanos nas crescentes cidades.

Acompanhamos a histórica luta dos movimentos populares por políticas públicas capazes de produzir habitação social nas cidades brasileiras.

Com a crescente soma de recursos aportados pela federação, estados e municípios na produção habitacional, desde a criação do Programa Crédito Solidário, do FNHIS até o programa Minha Casa Minha Vida, a sociedade civil organizada se demonstrou capaz de produzir, de maneira organizada e coletiva, habitação de qualidade para as famílias de menor renda.

Mais que construir casas os movimentos populares promovem a cidadania, a inclusão de milhares de famílias até então excluídas do direito à cidade e seus serviços essenciais.

Ficou claro pelos resultados obtidos, que a participação e o controle social na gestão dos recursos, permite produzir unidades maiores e melhores. Quando a casa não é um produto a ser consumido, mas um objetivo a ser alcançado com organização, trabalho e luta, as cidades são construídas com maior equilíbrio e sustentabilidade.

Acompanhamos o esforço do governo na divulgação e habilitação de todas as entidades que atuam na questão habitacional interessadas em promover HIS pelo PMCMV, independentemente de tendências político partidárias.

Entendemos que se faz necessário ampliar e apoiar as ações das entidades na produção de HIS pelo PMCMV – Entidades, para que possamos superar juntos a enorme dívida social com o povo brasileiro.

Lamentamos que a falta de conhecimento sobre o funcionamento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, tenha produzido notícias que não refletem a realidade dos fatos, com tendência a criminalizar as organizações representativas do segmento mais interessado na boa gestão dos recursos e da qualidade da moradia, que são os contribuintes que irão morar nas casas e pagar a conta.

Diante do acima exposto, registramos nosso apoio e solidariedade às entidades populares habilitadas na produção de moradia social pelo programa MCMV Entidades, fazendo votos que estas ações sejam ampliadas e multiplicadas pelos municípios e estados de todo o território nacional.

O Movimento Nacional de Luta por Garantia de Direitos das Pessoas com Deficiência reunida na 5º Conferência Nacional das Cidades no dia 22 de novembro às 12:00h em Brasília:

Considerando a Política Nacional para as pessoas com deficiência, a Constituição Federal em especial em seu artigo 227, §1º, II e §2º, a legislação específica através do Decreto 5296/04 e as políticas do Ministério das Cidades.

Considerando a Convenção Internacional dos direitos das pessoas com deficiência ratificada pela ONU e pelo Congresso Nacional em 2009 que diz em seu artigo 29 o seguinte:

Artigo 29- Participação na vida política e pública:

Os Estados Partes deverão garantir às pessoas com deficiência direitos políticos e oportunidade de desfrutá-los em condições de igualdade com as demais pessoas, e deverão comprometer-se : a. Assegurar que as pessoas com deficiência possam participar efetiva e plenamente na vida política e pública, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e a oportunidade de votarem e serem votadas;

Considerando a temática do evento, "Reforma Urbana Já!" e a necessidade urgente que o Conselho Nacional das Cidades, bem como o Ministério das Cidades tem de aprimorar as políticas voltadas ao segmento, faz se necessário contemplá-los para a construção de uma política urbana que garanta a todos uma sociedade cada vez mais justa, democrática, igualitária e inclusiva.

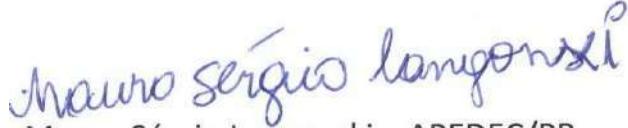
Reivindica seu reconhecimento como Entidade Nacional, bem como, a garantia de no mínimo 08 (oito) vagas (titulares com respectivas suplências) para pessoas com deficiência dentro do Conselho das Cidades, haja vista dúvida que este Conselho contraiu para com o movimento supracitado pela ausência durante anos de representação do segmento em voga, e que há um lema no segmento que diz; "Nada sobre nós, semnós". Então, durante anos de políticas públicas incipientes voltadas para as pessoas com deficiência e a ausência efetiva deste segmento ocasionou prejuízo pela falta de representação legítima para uma discussão mais qualificada e democrática.

Atenciosamente,

A Coordenação


Adalberto da Silva Santos – ACBSLA/RR


Mayara da Silva Ferreira – AEA/RR


Mauro Sérgio Langonski – APEDEC/PR


Vanderlino Sousa Santos – ASPEDEL/BA

CARTA DE REPÚDIO

Brasília, 23 de novembro de 2013.

Senhores Conselheiros, Coordenadores e Organizadores da 5ª Conferência Nacional das Cidades,

Registro aqui o meu repúdio, no que se refere à forma pela qual os Estados foram orientados a enviar suas listas de Delegados e Suplentes Eleitos para a 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Esta forma foi totalmente antidemocrática ao amarrar o suplente "x" ao delegado "y". Assim, perdeu-se absolutamente o foco de democracia, característica presente no discurso das Conferências das Cidades, em especial, na Nacional.

Como Suplente, eleita, no seguimento do Poder Público Municipal do Estado de Goiás, não foi permitido que eu, Alessandra Araujo, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 953.400.416-20, Servidora Pública Municipal de Goiânia, assumisse a posição de Delegada na Conferência Nacional, uma vez que o titular veio, tampouco foi observado a ausência de qualquer delegado do referido Estado, para que eu pudesse ser Delegada.

Se discursamos o exercício pleno da democracia, devemos, portanto, colocá-la em prática, para isso requeiro aos mesmos que repensem esta atitude antidemocrática, autoritária, que restringe os direitos de participação e exercício de cidadania. Sugiro, como um processo democrático, a orientação aos Estados de que enviem as listagens em separado, da seguinte forma:

1 – Uma lista contendo os nomes e dados de todos os Delegados Eleitos e

2 – Outra lista contendo os nomes e dados pessoais de todos os Suplentes Eleitos.

Dessa forma, a ausência de qualquer Delegado Estadual na Conferência será suprido pelos suplentes de seu respectivo Estado, os quais apresentam verdadeiro interesse nos rumos que sua cidade deverá tomar.

Repudio ainda, a falta de transparência de informações, no que diz respeito à lista de presença dos Delegados do Estado de Goiás. Solicito que a publiquem no mesmo *link* desta Conferência.

Atenciosamente,



ALESSANDRA ARAUJO

Mestra em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – PUC Goiás
Chefe da Divisão de Gestão Territorial
SEMDUS/ Prefeitura de Goiânia
(62) 3524-6397

CARTA DE REPÚDIO

Brasília, 23 de novembro de 2013.

Senhores Conselheiros, Coordenadores e Organizadores da 5ª Conferência Nacional das Cidades,

Registro aqui o meu repúdio, no que se refere à forma pela qual os Estados foram orientados a enviar suas listas de Delegados e Suplentes Eleitos para a 5ª Conferência Nacional das Cidades.

Esta forma foi totalmente antidemocrática ao amarrar o suplente "x" ao delegado "y". Assim, perdeu-se absolutamente o foco de democracia, característica presente no discurso das Conferências das Cidades, em especial, na Nacional.

Como Suplente, eleita, no seguimento do Poder Público Municipal do Estado de Goiás, não foi permitido que eu, Alessandra Araujo, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 953.400.416-20, Servidora Pública Municipal de Goiânia, assumisse a posição de Delegada na Conferência Nacional, uma vez que o titular veio, tampouco foi observado a ausência de qualquer delegado do referido Estado, para que eu pudesse ser Delegada.

Se discursamos o exercício pleno da democracia, devemos, portanto, colocá-la em prática, para isso requeiro aos mesmos que repensem esta atitude antidemocrática, autoritária, que restringe os direitos de participação e exercício de cidadania. Sugiro, como um processo democrático, a orientação aos Estados de que enviem as listagens em separado, da seguinte forma:

1 – Uma lista contendo os nomes e dados de todos os Delegados Eleitos e

2 – Outra lista contendo os nomes e dados pessoais de todos os Suplentes Eleitos.

Dessa forma, a ausência de qualquer Delegado Estadual na Conferência será suprido pelos suplentes de seu respectivo Estado, os quais apresentam verdadeiro interesse nos rumos que sua cidade deverá tomar.

Repudio ainda, a falta de transparência de informações, no que diz respeito à lista de presença dos Delegados do Estado de Goiás. Solicito que a publiquem no mesmo *link* desta Conferência.

Atenciosamente,



ALESSANDRA ARAUJO

Mestra em Desenvolvimento e Planejamento Territorial – PUC Goiás
Chefe da Divisão de Gestão Territorial
SEMDUS/ Prefeitura de Goiânia
(62) 3524-6397



MOÇÃO N° 0099/2013

Aplauso ao Ministério das Cidades pela realização da V Conferência Nacional das Cidades.**Senhor Presidente;**

Aconteceu de 20 a 24 de novembro de 2013, em Brasília, a V Conferência Nacional das Cidades, com a presença de cerca de 2.700 pessoas, entre delegados, observadores e convidados. Foi um processo que contou com a presença de 240 mil pessoas que participaram das Conferências Municipais e Estaduais, em 2.800 municípios.

As Conferências são instrumentos fundamentais para legitimar a democracia e garantir o controle social na execução de políticas públicas. O Governo Federal tem cumprido o seu papel em abrir para a sociedade todos os temas relacionados às suas políticas públicas, ouvindo e aprendendo com os movimentos sociais e entidades.

Entre as propostas que foram aprovadas na V Conferência, destacamos:

1. Fortalecimento da gestão exclusivamente pública e integrada na prestação dos serviços de saneamento básico.
2. Elaboração de planos diretores cicloviários nas cidades e regiões metropolitanas;
3. A Política Nacional de Desenvolvimento Urbano deve priorizar o transporte público de alta capacidade, acessível a todos e todas, considerando o modo ferroviário, VLT, metroviário, hidroviário e cabotagem, em todas as cidades;
4. Obrigatoriedade todos os entes federativos, até a próxima Conferência Nacional das Cidades, criarem e implementarem seus Conselhos das Cidades, por Lei, com caráter consultivo e deliberativo, com respectivos Fundos. Os Conselhos das Cidades abarcam as ações do Ministério das Cidades: Habitação, Saneamento Básico, Transporte e Mobilidade Urbana.
5. Continuidade ao Programa Minha Casa Minha Vida, articuladas com as políticas de desenvolvimento urbano.

REQUEIRO, nos termos regimentais, ouvido o Plenário, seja aprovada a presente **MOÇÃO DE APLAUSOS** ao Ministério das Cidades pela realização da V Conferência Nacional das Cidades. Da decisão do Legislativo, seja oficiado ao Ministro das Cidades, Sr. Agnaldo Velloso Borges Ribeiro, Setor de Autarquias Sul, Quadra 01, lotes 01/06, Quadra "H". CEP 70070-010 – Brasília, DF. E no mesmo endereço, ao Conselho Nacional das Cidades.

Sala das Sessões Deputado Bady Bassitt;
São José do Rio Preto, 25 de novembro de 2013.

Col. Jean Charles Serbeto
Vereador

CRC/SP

Ver. Marco Antonio Rillo

Adriano Marcondes

Ver. SP

Ver. Maurin Ribeiro

Celi Regina da Cruz
Vereadora (PT)

Daniel Caldeira

Ver. Renato Pupo
Vereador

Ver. Carlão do JC

Ver. Cezar

Ver. Suzi de Oliveira

APROVADO
44ª Sessão 28/11/2013

Ver. Paulo Paulera
Presidente da Câmara

Ver. Mário Laranha G.
"O Federal"

Moção

Segmento Entidades Empresariais

Recomendação:

Que seja garantido ao representante de entidades regionais - delegado o direito de ter seu nome indicado para a entidade nacional que o representa no Concílios, para que entre os demais presentes, possa ocupar os cargos representativos de conselheiro, conselheiro suplente e participante-observador – convidado nas câmaras setoriais relacionadas ao seu segmento empresarial.

*elcio
EST
ELcio Siaolo
RNP-V*